



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

NATÁLIA DE PAULA SOUZA MONTEIRO

**O PROCESSO DE MEDIAÇÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS:** o caso do Instituto  
Evandro Chagas

Belém/PA

2018

NATÁLIA DE PAULA SOUZA MONTEIRO

**O PROCESSO DE MEDIAÇÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS:** o caso do Instituto  
Evandro Chagas

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Faculdade de Arquivologia, da Universidade  
Federal do Pará como requisito à obtenção do  
título de bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Esp. Daniel Libonati Gomes

Belém/PA

2018

NATÁLIA DE PAULA SOUZA MONTEIRO

**O PROCESSO DE MEDIAÇÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS:** o caso do Instituto  
Evandro Chagas

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Faculdade de Arquivologia, da Universidade  
Federal do Pará como requisito à obtenção do  
título de bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Esp. Daniel Libonati Gomes

Data da avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Esp. Daniel Libonati Gomes  
(Orientador – FAARQ/UFPA)

---

Prof. Dr. Roberto Lopes dos Santos Junior  
(Membro – FAARQ/UFPA)

---

Profa. Ma. Renata Lira Furtado  
(Membro – FAARQ/UFPA)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço a Deus por me carregar no colo até aqui e nunca ter me deixado desistir apesar dos inúmeros percalços ao longo desses quatro anos. Em segundo lugar, quero expressar minha imensa gratidão à minha família, que segurou minhas mãos em todos os momentos. Meu muito obrigada, pai, mãe, irmãos e cunhados, que sempre estiveram no apoio.

Minhas filhas, que se não fossem vocês, eu talvez não estaria nesse curso. Meu esposo, pai de minhas filhas, que me proporcionou a existência dessas bênçãos. Minha tia Lena, sempre presente e participativa em minha construção como ser humano.

Minha tia Carmem, que em um momento muito difícil de minha vida, me disse que um dia eu estaria rindo desses momentos ruins e regou minhas esperanças. Em memória de minha avó, guerreira, que se tivesse aguentado mais um ano poderia estar comemorando este momento comigo, saudades eternas!

Aos meus colegas de curso, que foram poucos, porém verdadeiros.

Aos professores, pelos esforços e contribuições que levarei para sempre.

Ao meu orientador, que sempre pensou positivo, acreditando em meu trabalho quando muitas vezes eu desacreditei, obrigada mesmo, Daniel.

Ao colegas do Instituto Evandro Chagas e especialmente ao Augusto Britto, meu supervisor no estágio obrigatório, pela paciência, dedicação e pela entrevista também, sempre solícito e preocupado.

E obrigada à todos que torceram por mim e puderam ver o meu crescimento pessoal, e que rezaram por mim e minha família.

“O conhecimento é dinâmico e se transforma na medida em que nossa relação com ele, com os outros e com a sociedade também se transforma.”

(Almeida Júnior)

## RESUMO

Análise do processo de mediação da informação no tratamento dos arquivos pessoais do Instituto Evandro Chagas (IEC) a partir da perspectiva da Arquivologia Pós-Moderna, levando em consideração as habilidades e conhecimentos do profissional para mediar a informação contida no acervo e tendo em vista que arquivos pessoais possuem especificidades que os diferenciam dos arquivos de entidades coletivas. Buscaram-se na literatura arquivística os aportes teóricos acerca de mediação da informação e arquivos pessoais e, para complementar as discussões acerca dos assuntos abordados, foi necessária uma breve abordagem sobre Arquivologia Pós-Moderna, informação orgânica e competência informacional. A pesquisa se caracteriza como descritiva, tendo sido realizada uma entrevista com o arquivista do IEC como ferramenta para coleta de dados. Com a análise da entrevista, pôde-se perceber que, de fato, a mediação é um processo e ela também se aplica no tratamento da informação em arquivos pessoais.

**Palavras-chave:** Arquivologia Pós-Moderna. Mediação da informação. Arquivos pessoais.

## **ABSTRACT**

Analysis of the process of information mediation in the treatment of personal files of the Evandro Chagas Institute (ECI) from the perspective of Postmodern Archival Science, taking into account the professional's abilities and knowledge to mediate the information contained in the collection and considering that personal files have specificity that differentiate them from the archives of collective entities. We sought in the archival literature the theoretical contributions about information mediation and personal files and, to complement the discussions on the subjects addressed, a brief approach was needed on Postmodern Archival Science, organic information and informational literacy. The research is characterized as descriptive, with an interview with the IEC archivist as a tool for data collection. With the analysis of the interview, it was realized that, in fact, mediation is a process and it also applies in the treatment of information in personal files.

**Keywords:** Postmodern Archival Science. Mediation of information. Personal files.

## LISTA DE SIGLAS

<b>CEDIM</b>	Centro de Documentação
<b>CONARQ</b>	Conselho Nacional de Arquivos
<b>CPF</b>	Cadastro de Pessoa Física
<b>ICA-AtOM</b>	International Council on Archives - Access to Memory
<b>IEC</b>	Instituto Evandro Chagas
<b>IPEN</b>	Instituto de Patologia Experimental do Norte
<b>ISAD (G)</b>	General International Standard Archival Description
<b>NOBRADE</b>	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
<b>SEARQ</b>	Setor de Arquivo
<b>T. I</b>	Tecnologia da Informação
<b>UFPA</b>	Universidade Federal do Pará

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Atividades realizadas em cada tipo de mediação.....	40
<b>Quadro 2</b> Listagem de ações e sua respectiva descrição de mediação.....	42

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Relação entre mediador, informação e usuário.....	19
<b>Figura 2</b> Conhecimento consciente x conhecimento inconsciente.....	26

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> Arquivo Pessoal do IEC.....	35
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE ARQUIVOS PESSOAIS</b>	<b>14</b>
<b>3 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE MEDIAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
3.1 MEDIAÇÃO CUSTODIAL X PÓS-CUSTODIAL DA INFORMAÇÃO.....	23
3.2 MEDIAÇÃO IMPLÍCITA E MEDIAÇÃO EXPLÍCITA DA INFORMAÇÃO.....	25
3.3 O PAPEL DO MEDIADOR EM ARQUIVOS PESSOAIS.....	28
<b>4 ARQUIVO PESSOAL DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS .....</b>	<b>33</b>
<b>5 AÇÕES DESENVOLVIDAS E A RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a Arquivologia era vista como área auxiliar da História, com seus fazeres voltados à guarda de documentos para salvaguardar a memória de uma instituição, o Estado.

Diante de uma visão Pré-Modernista como a de Hilary Jenkinson, os arquivistas assumiam o papel de guardiões de documentos e permaneciam “como uma espécie de mediador ideal neutro, desinteressado e imparcial entre criadores e usuários dos documentos” (COOK, 2012, p. 136).

Essa fase pré-moderna da Arquivologia é influenciada pelos valores da Era Vitoriana, que se evidenciaram na Diplomática, perpassando a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, da Associação dos Arquivistas Holandeses, considerado um dos pilares na teoria Arquivística, tendo em vista que sua publicação, em 1898, foi fundamental para o desenvolvimento e a consolidação da disciplina.

Esse manual teve como principal contribuição a noção dos documentos como sendo parte de um todo orgânico, opondo-se à análise individual feita pela Diplomática. Portanto, essa mudança na forma de tratar os documentos pode ser considerada a primeira ruptura na área, ganhando um caráter científico e técnico e levando a Arquivologia a se tornar uma ciência autônoma e independente. Lousada (2015, p. 43) corrobora com Herrera (1991, p. 28) quando acrescenta que a difusão desse manual “definiu uma metodologia, ou seja, uma linguagem própria que a identifica e a distingue de outras disciplinas”.

Com a eclosão da chamada “Explosão Documental” advinda da massiva produção de documentos a partir da Segunda Guerra Mundial, outras mudanças no perfil da Arquivologia foram necessárias. As transformações ocorridas nos meios tecnológicos impulsionaram os arquivos ao que chamamos de “Era da Informação”. Delimita-se assim a fase moderna da Arquivologia, que tem como grande precursor Shellenberg e “o impacto do pensamento organizacional/gerencial em arquivos” (COOK, 2012, p. 136).

As principais características dessa época, segundo Cook (2012, p. 135), são “a universalidade, autonomia lógica, interiorização e anti-historicidade, isto é, arquivo como positivismo lógico” e complementa:

para alguns, o modernismo se opõe à idade média e tem seu nascimento no renascimento; para outros o modernismo está situado no racionalismo do Iluminismo e sua rejeição às paixões religiosas do século anterior. Eu pego a visão mais estreita de que Modernismo é a mentalidade e os valores dominantes em muitas disciplinas e artes na primeira metade ou dois terços do século vinte, em oposição à Era Vitoriana (COOK, 2012, p. 136).

Assim, com seu eixo voltado para dar suporte à Administração, a Arquivologia Moderna tem seus fazeres voltados para a gestão documental em si, dando ênfase na otimização do espaço físico.

Atualmente, com os preceitos da Arquivologia Pós-Moderna, percebeu-se a necessidade de estudos para além da preocupação com o suporte e discussões que levassem em consideração o contexto por trás do texto, o uso e acesso à informação pelo usuário e a “natureza” do documento. Thomassen, citado por Cook (2012, p. 136), chama essa perspectiva de “novo paradigma da Arquivologia”.

Para Cook (2012), o foco está externamente no que ele chama de “ato criativo ou intenção de autoria ou contexto funcional por trás dos documentos” mais do que internamente nos próprios documentos (COOK, 2012, p.134).

A peça chave agora é o conteúdo informacional e não mais o documento em si, haja vista os variados tipos de suportes que carregam a informação.

Quanto ao uso e acesso a esses conteúdos e a relação entre usuário e informação, pode-se perceber amplamente na mediação da informação – tema este ainda pouco abordado dentro da literatura arquivística brasileira – as ações desenvolvidas pelo profissional e a função do arquivista em preparar a “protoinformação” através de tratamento técnico e científico. Essas ações são necessárias para que, de fato, ocorra a transferência da informação, sendo devidamente mediada e possibilitando que o usuário se aproprie dela.

As diferentes formas de acessar as informações, bem como a sua rápida circulação, resultaram das transformações tecnológicas e da transmissão do conteúdo informacional, dos suportes físicos para os digitais. Brandão (2018, p. 16) entende que essa mudança:

impactou no aumento da produção de informações e no surgimento de novos meios de transmissão da informação. Assim, diferentes formas de acesso e circulação de informações são requisitadas. Com isso, para além das competências informacionais outras competências de natureza operacional e comunicacional são demandadas pelos usuários e também para os arquivistas, que precisarão lidar com este novo ambiente informacional tanto para seu próprio aperfeiçoamento profissional quanto para mediar a informação e interagir com o usuário ativo e ainda mais conectado ao ciberespaço.

A autora ainda afirma que o arquivista deve possuir competência em informação para, só então, poder mediar a informação de forma satisfatória, já que os ambientes em que se encontram a informação estão cada vez mais diversificados e seus usuários mais ativos e infoconectados. Assim, faz-se necessário abordar aspectos da competência em informação que o arquivista deve possuir para mediar a informação.

Lousada (2015, p. 94) enfatiza que no “âmbito da arquivologia não há interesses em discussões mais profundas sobre o tema”, mediação, contudo esse cenário vem mudando timidamente, e como ele é um termo muito abrangente, necessita de discussões teóricas para sanar as lacunas das novas formas de mediação e assim poder buscar sua consolidação.

Desse modo, pensar em todo o trabalho que o profissional arquivista desempenha para de fato disponibilizar a informação relaciona-se com a mediação da informação, contrariando a visão de alguns autores conservadores que só conseguem perceber a mediação na disseminação da informação, ou seja, no contato direto com o usuário, desconsiderando as atividades desenvolvidas pelo profissional.

Com isso, este trabalho visa a mostrar o processo de mediação no tratamento do acervo de pessoas custodiado pelo Instituto Evandro Chagas (IEC) a partir da perspectiva da Arquivologia Pós-Moderna, levando em consideração as habilidades e conhecimento do profissional para mediar a informação contida no acervo e tendo em vista que arquivos pessoais possuem características bastante específicas.

No que tange à estrutura deste trabalho, foi, primeiramente, feita uma breve abordagem sobre arquivos pessoais, pois, para que se possa compreender a relação da mediação nesse tipo de arquivo, faz-se necessário antes reconhecê-los como espaços sociais, dotados de memória coletiva e individual.

Por conseguinte, levantaram-se algumas definições do termo mediação nas mais diversas áreas do conhecimento, para então entender a aplicabilidade do termo na Ciência da Informação, sob a perspectiva arquivística, objetivando demonstrar suas contribuições para a área através da mediação implícita e explícita. Com isso, objetivou-se obter suportes teóricos necessários para abordar o papel do profissional arquivista na mediação da informação em arquivos pessoais.

Por fim, cada etapa da formação do acervo de arquivos pessoais do Instituto Evandro Chagas foi relacionada à mediação da informação para dar suporte ao objetivo deste trabalho, que é, como já citado anteriormente, mostrar que a mediação

está imbricada em cada processo do fazer arquivístico e que o profissional arquivista deve mediar ativamente, sem querer ser neutro, a informação nesses tipos de arquivos.

A partir de experiência de estágio no setor de arquivo (SEARQ) do Instituto Evandro Chagas (IEC) foi que surgiu a ideia deste trabalho, pois o Instituto possui, em seu acervo, arquivos pessoais de personalidades que agregaram grandes descobertas em pesquisas e trabalhos dentro da instituição, de maneira que esses arquivos são a representação da imagem dos indivíduos que tiveram grande relevância na sociedade em uma época, tempo e lugar, refletindo os ideais de um grupo e podendo, assim, ter construído um legado.

A mediação é um processo, ou seja, ela não está inserida apenas na fase da difusão, no contato do usuário com a informação, mas está presente desde o momento do diagnóstico, classificação, ordenação, avaliação e descrição, até, enfim, chegar à fase da difusão e acesso. Além disso, nos arquivos institucionais, inclui-se ainda o recolhimento e o arranjo às funções citadas anteriormente, como parte do processo da organização em arquivos permanentes, logo, são utilizadas nos arquivos pessoais.

Com isso, este estudo se justifica com a discussão da mediação da informação, tanto implícita quanto explícita, em cada etapa do fazer arquivístico, especificamente nos arquivos pessoais do IEC. Espera-se contribuir, assim, com os estudos deste tópico realizados na comunidade acadêmica, tendo em conta que os mesmos ainda são escassos, sendo um tema novo na área e que precisa de discussões para se consolidar.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar como ocorreu o processo de mediação da informação em cada etapa da organização do arquivo pessoal do IEC.

Como objetivos específicos, têm-se:

- ✓ Compreender os conceitos e definições de arquivos pessoais;
- ✓ Expor os conceitos de mediação e mediação da informação;
- ✓ Descrever o processo de mediação no acervo de arquivo pessoal

do IEC.

Como método de investigação, optou-se pelo estudo de caso, que Fonseca (2002, p. 33) caracteriza como:

Estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma entidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Nesse acervo, encontram-se fotos, medalhas, certificados entre outros objetos que foram adquiridos a partir das atividades realizadas no instituto. Além disso, algumas documentações mais pessoais, como cartas, por exemplo, também podem ser encontradas, o que demonstra as especificidades desses tipos de arquivo. O ferramental teórico da Arquivologia adquirido pelo profissional foi abordado por meio das práticas que, por vezes, podem ser conscientes e por outras inconscientes no tratamento da informação, configurando-se assim em mediação explícita e mediação implícita.

Diante disso, esta pesquisa, de cunho descritivo, pretende descrever os fatos e ações realizadas no arquivo pessoal do IEC a fim de identificar a presença da mediação nas atividades realizadas para o tratamento e disponibilização da informação.

Quanto à abordagem, este trabalho identifica-se como uma pesquisa qualitativa, por não apresentar em seu desenvolvimento resultados numéricos, mas, sim, buscar compreender a dinâmica da organização da informação de uma instituição, tentando “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Para o referencial teórico optou-se pelos seguintes autores na área da mediação: Almeida Júnior (2009), Lousada (2015) e Ferreira e Almeida Jr. (2013); e na área de arquivos pessoais: Assis (2009), Barros e Tognoli (2011), Britto e Corradi (2016), Camargo (2009) e Santos (2002); levou-se também em consideração os pressupostos da Arquivologia Pós-Moderna baseados em Cook (2011), já que a mediação aqui apresentada enquadra-se nos princípios e bases desse novo paradigma da Arquivologia.

Para o levantamento de dados, optou-se a observação passiva para a coleta de informações para que se possa visualizar e examinar melhor os fatos que serão investigados. Nesse tipo de observação, o investigador presencia o fato, mas não

participa dele, tendo um contato mais próximo com o seu objeto de estudo sem interferir nos fenômenos observados, ou seja, faz mais um papel de espectador. Deixamos claro, portanto, que não houve participação no processo de organização do acervo em si. Buscou-se compreender o processo de formação do acervo através da história oral contada pelo arquivista da instituição, que participou efetivamente do processo.

Com isso, optou-se também por realizar uma entrevista semiestruturada, vislumbrando, assim, um diálogo com o entrevistado que também se apresentará como fonte de informação para essa pesquisa, já que se pretendeu identificar, por meio da história oral, alguns sinais de mediação implícita, ou seja, aquela em que o arquivista realiza intuitivamente.

Nesse caso, a entrevista possibilitou que fossem encontradas respostas às seguintes perguntas: como surgiu a ideia do arquivo pessoal do IEC? Como o acervo foi adquirido? Que tipos de documentação se encontram no acervo? Quais atividades técnicas foram utilizadas no tratamento da documentação? Quais foram as principais dificuldades encontradas durante o processo? Foi difícil distinguir a documentação institucional da documentação pessoal? Como se dá o acesso ao acervo?

Assim, organizaram-se todas as informações colhidas, identificando a mediação em cada etapa de organização e tratamento da documentação.

## 2 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE ARQUIVOS PESSOAIS

Os arquivos pessoais contrariam alguns fundamentos tradicionais da Arquivologia Clássica, que, devido aos diversos suportes, tipos de documentos e acumulação não espontânea, não considera os acervos pessoais como orgânicos, sendo compreendidos como coleções, acervos artificiais, o que resultou no tratamento unitário da documentação, ou seja, peça por peça, configurando-se nas metodologias adotadas pela Biblioteconomia.

Essa postura pode ser vista, segundo Cook (1998), em boa parte da Europa, onde os arquivos nacionais não recolhem documentações de cunho pessoal, deixando-as destinadas às bibliotecas, universidades e museus temáticos, de maneira que, por vezes, pela ameaça de perda ou destruição, servem apenas “como repositórios passivos de certas categorias de papéis pessoais” (COOK, 1998, p.131).

Essa variedade de instituições custodiadoras só reforça as diferenças entre arquivos públicos e pessoais. Os arquivos públicos são constituídos de documentações que foram produzidas para o funcionamento do órgão. Já nos arquivos pessoais, os documentos podem ser qualquer informação que a pessoa achar necessário guardar, desde que estejam contextualizadas com as atividades que essa pessoa realizou durante sua vida.

Sendo assim, a postura adotada pela perspectiva da Arquivologia Clássica já há muito está ultrapassada, pois ela deixa escapar algo fundamental para entendermos os arquivos pessoais: o contexto.

Ainda segundo Cook (1998), um exemplo que difere da perspectiva clássica adotada na Europa é o Canadá, com seu conceito de arquivos totais, e ainda evidencia que os “papéis pessoais são ativamente e agressivamente procurados pelos arquivistas canadenses, além dos documentos ou arquivos oficiais” (COOK, 1998, p. 131). Essa afirmação corrobora com a perspectiva Pós-Custodial defendida pelo autor, em que os arquivistas devem refletir sobre suas metodologias, não as excluindo, mas na tentativa de uma atualização das tradições ultrapassadas, desconstruindo a neutralidade defendida pelos arquivistas conservadores.

No Brasil, os estudos voltados a essa categoria de arquivo vêm ganhando espaço em seminários e congressos para discussões sobre o assunto, assim se

entende que a conscientização vem mudando as percepções desses tipos de arquivo, como afirmam Fernandes, Córdula e Silva Júnior:

A realidade vivenciada, no Brasil, pelos arquivos pessoais, corresponde a um crescimento na conscientização de segmentos representativos da sociedade, refletindo em uma mudança de comportamento voltada não apenas à guarda e à preservação, como também para a utilização da preciosidade revelada nos documentos presentes, nos fundos de arquivos pessoais. (FERNANDES; CÓRDULA; SILVA JÚNIOR, 2018, p. 59).

Ainda segundo os autores, os interesses das instituições de custodiar esses tipos de acervos só começaram a aparecer nas décadas de 1960 e 1970, sendo que, inicialmente, essas instituições ficavam concentradas no sudeste do Brasil, mas atualmente esse interesse já se encontra distribuído em várias partes do país.

No entanto, muitos profissionais conservadores não enxergavam o caráter orgânico, que caracteriza os documentos de arquivo, nos arquivos pessoais. Para

Assis (2009, p. 42), “o arquivo pessoal por estar associado à construção da imagem do indivíduo titular não teria a acumulação necessária e espontânea dos documentos administrativos e por isso era renegado a segundo plano”. Essa concepção se distancia dos arquivos públicos, que, segundo Camargo e Bellotto, são o:

Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 8).

Separar os documentos de cunho pessoal dos de cunho público nem sempre é uma tarefa fácil, pois existem documentos que nascem no âmbito público, mas que ficam sob a guarda de seus titulares, como certidões, identidades, carteira profissional, CPF etc., e documentos relacionados a indivíduos, mas que nascem e permanecem em uma instituição pública ou privada.

A própria lei nº 8.159/91, a Lei de Arquivos, não deixa clara a conceituação de arquivos pessoais, ocupando-se somente em diferenciar arquivos públicos de arquivos privados. Segundo essa lei, arquivos públicos são:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias (BRASIL, 1991).

Em seu artigo 11, a lei considera arquivos privados como “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991). No entanto, os arquivos pessoais possuem particularidades que os diferenciam dos arquivos privados, não podendo assim ser considerados ramificações.

Em geral, o titular de um arquivo pessoal não deixa clara a divisão de sua vida pessoal e profissional, o que gera uma grande dificuldade para os arquivistas na hora de identificar e separar essas documentações, pois há uma ponte que liga os âmbitos de atuação institucional e pessoal, misturando documentos pessoais aos profissionais.

Contudo, não se deve pensar somente na documentação produzida a partir das atividades relacionadas à vida profissional do titular, pois, como abordam Britto e Corradi:

A questão sobre as atividades produzidas está relacionada a tudo o que a pessoa fez, não apenas a sua carreira profissional. Nesse sentido, faz nexos encontramos documentos de caráter religioso, recreativo, associativo, político, de formação educacional, beneficentes, entre outros em um arquivo pessoal (BRITTO; CORRADI, 2017, p.155-156).

Entende-se assim que “atividades”, nesse caso, não se restringe somente àquelas de caráter profissional, incluindo-se também outras tantas realizadas durante a vida pessoal, social, familiar, associativa e outras que de alguma forma produziram registros que irão compor os fundos de arquivo.

Para Silva e Silva (2013, p. 32), os arquivos pessoais podem ser entendidos como “conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas”.

Os interesses também compõem o contexto desses arquivos, como o caso de, por exemplo, um titular cuja profissão é cientista ter em seu acervo obras de arte. Essas obras irão compor o arquivo pessoal deste titular, pois são reflexos de um gosto pessoal e estético do indivíduo.

Nos arquivos pessoais a acumulação e os documentos existentes possuem características bastantes particulares ligadas à vida do titular do arquivo. Com isso, o tratamento arquivístico deve levar em consideração todas as informações contextuais sobre o titular e também “deve-se trabalhar com um elemento a mais: a produção

intelectual e a vida do titular do arquivo” (TOGNOLLI; BARROS, 2011, p. 68). É a contextualização sendo evidenciada novamente.

A acumulação é uma das características que os arquivos pessoais possuem de peculiar, e cabe ao arquivista identificar e contextualizar as peças documentais que muitas vezes se encontram soltas e dispersas de seu conjunto.

Essa acumulação também é resultado da comprovação de existência do indivíduo, ou seja, a burocratização reflete diretamente na produção e acumulação de documentos que servem de testemunho das atividades realizadas por um indivíduo durante sua vida. Oliveira afirma que:

A partir das sociedades modernas, o controle burocrático do indivíduo se corporificou ainda mais por meio de documentos comprobatórios de sua existência. Há uma necessidade constante e crescente de produzir evidências de nossa passagem na engrenagem dessa sociedade moderna. No entanto, a acumulação desses registros, que no futuro comporão um determinado arquivo pessoal, não deixa de ser fruto das necessidades e dos desejos de seu produtor (OLIVEIRA, 2014, p. 41).

Daí a necessidade do indivíduo de organizar e classificar seus documentos, pois o acúmulo destes acaba por trazer algumas práticas arquivísticas para o nosso cotidiano:

[...] o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar pronto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae* [...]. A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço, telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques. (ARTIÉRES, 1998, p.6).

A necessidade de classificar os “papéis” está diretamente ligada à organização dos registros impostos pela vida social moderna. Ao assumirmos diferentes papéis sociais em uma sociedade, produziremos variados tipos de registros, o que nos convida incessantemente a *arquivar a própria vida*.

Os arquivos pessoais já nascem na fase permanente, e “aparecem a partir do momento em que uma pessoa reflete o pensamento de um grupo, de uma estética, ou seja, torna-se um marco histórico” (BARROS; TOGNOLI, 2011, p. 77).

O valor histórico e científico dos arquivos pessoais se evidencia em seus documentos, que são dotados de personalidade e influências culturais de uma época, trazendo significados junto ao contexto em que foram guardados.

Para que um arquivo pessoal seja disponibilizado para pesquisa, é necessário que este seja doado ou comprado por fundações, universidades, centros de documentação etc., e o que justifica sua doação é o valor que a sociedade atribui a ele, pois, estando sob a guarda de seu titular, ainda se configura como privado.

Mas o que leva alguém a acumular os documentos sobre sua vida? Assis propõe alguns pontos que vale ressaltar:

Arquivos pessoais podem ser percebidos como uma *escrita de si*: pessoas selecionam documentos – desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, objetos e correspondências – com o objetivo de compor relatos de suas histórias de vida. Os arquivos pressupõem, portanto, registros e lembranças de vida íntima, da vida profissional e, no caso, dos políticos e homens públicos, da vida pública, das redes de convivências e solidariedade. (ASSIS, 2009, p. 16)

Entre os documentos que podem ser considerados escritas de si, estão os diários, as agendas, bilhetes, cartas, biografias, gravações, entre outros. Contudo, Britto e Corradi (2017, p. 160) salientam que o pesquisador que utilizar a escrita de si como fonte de informação, deve ter a noção da intencionalidade do autor, ou seja, não deve se iludir em estar analisando “a verdade pura das informações apenas por serem escritos de caráter íntimo (próximo de confissões pessoais)”.

Conclui-se assim que os arquivos pessoais, como objeto de estudo da Arquivologia, são fontes de pesquisa e possuem informações riquíssimas, e que, por meio da contextualização da vida de uma pessoa que foi ilustre em uma época, pode-se compreender as influências sociais e políticas da época e como elas influenciaram as atividades que o indivíduo realizou durante sua vida.

### 3 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE MEDIAÇÃO

Muito se ouve falar em mediação, contudo não é sempre que se faz uma análise ou reflexão sobre o tema. Na maioria das vezes, o termo é associado à ideia de “ponte”, ou seja, de elo que liga a informação ao usuário.

Porém, esse termo “ponte”, nos remete a um objeto estático, fixo, algo concreto, com o único objetivo de “transmitir” a informação contida no objeto para o sujeito. Contudo, atualmente essa ideia vai além de somente transmitir uma informação, entende-se a mediação como um processo, ou seja, uma constância.

Nessa linha de raciocínio, Luft (2000, p. 449) aborda uma definição de mediação como o “ato ou efeito de mediar” e com os termos “intercessão, intervenção”, logo é possível concluir que mediação é uma ação, um ato a ser realizado constantemente, ou seja, um processo.

O fato de o termo mediação ter um conceito muito abrangente faz com que a comunidade científica tenha um leque de noções que podem entrar, ou não, em concordância com relação a uma definição da palavra.

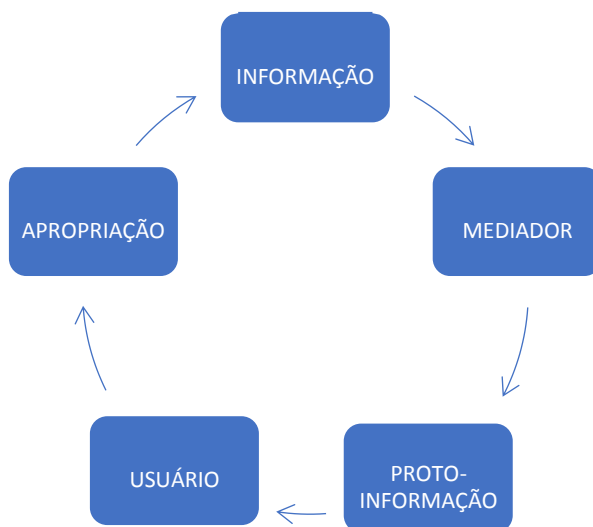
Dentre os muitos autores que fizeram um levantamento sobre a origem do conceito, podemos citar o de Silva e Ribeiro que descrevem que mediação advém:

Do latim *mediatio*, “mediação, intervenção”, do verbo mediar, “estar no meio de”. Mediação no sentido de ‘reduzir para metade’ foi usado no século XIII e rapidamente abandonado. A partir do século XIX, usou-se o termo diplomacia para conciliar as partes, as pessoas, envolve a mediação em casos de conflito e desacordo, intervenção de uma terceira pessoa. Termos relacionados: bons ofícios, conciliação, através. Leia: mediador. (SILVA; RIBEIRO, 2010, p. 144)

Percebe-se, então, que a mediação é uma ação vinculada à vida, ao movimento constante e à construção de sentidos que o indivíduo constrói em suas relações sociais e mediações simbólicas. Ela se estabelece como categoria através das “relações construídas intersubjetivamente no interior da comunidade social a que pertence o indivíduo” (LOUSADA, 2016, p. 119).

As relações sociais mencionadas pela autora não podem acontecer sem a interferência de alguém, ou seja, sem um mediador, que possui o papel de facilitador, seja em conversas, acordos, entre outros. No esquema a seguir observa-se melhor essa relação entre mediador e usuário.

**Figura 1** – Relação entre mediador, informação e usuário



**Fonte:** Desenvolvido pela autora (2018).

Segundo Silva (2010), a mediação pode se manifestar através da linguagem, da comunicação e da mediação institucional. Autores como Lousada (2015) e Vechiato (2013) fazem uma abordagem mais abrangente sobre essas formas de mediação, de maneira que:

- A linguagem pode ser considerada o início da mediação, haja vista que as relações entre as pessoas se organizam por meio delas, dando-lhes sentido e permitindo representar, simbolicamente, o real que é percebido; constitui-se na medida em que os seus praticantes fazem uso próprio da norma coletiva e da cultura em que emerge o dispositivo linguístico.
- A segunda forma de manifestação é realizada por meio da comunicação dentro dos espaços sociais, sendo representada e estruturada por formas e regras que refletem as diferentes maneiras de comunicação entre os atores que integram esses espaços. As mídias, bem como outras formas sociais de comunicação ou interação, caracterizam os elementos culturais intrínsecos que formam a identidade de um grupo ou comunidade e são apropriados pelos sujeitos.
- A terceira remete às mediações institucionais e estratégias de comunicação, entendidas como formas de mediação e de comunicação efetivamente praticadas pelos sujeitos comunicantes na sua dimensão institucional de atores sociais presos a lógicas institucionais. São

consideradas mediações institucionais, uma vez que são praticadas pelos atores institucionais, tendo em vista a evolução do respectivo espaço político e institucional (VECHIATO, 2013).

•  
Sendo assim, o ato de mediar envolve os conhecimentos que os indivíduos compartilham entre si, enquanto que um prepara a informação para que o outro se aproprie dela, gerando uma nova informação, por isso a linguagem utilizada deve ser um aspecto em comum entre os indivíduos no processo da mediação.

Do compartilhamento de conhecimentos em comum ocorre a comunicação, quando o indivíduo consegue compreender e dialogar com o mediador, através das semelhanças de ideias e identidades sociais aos quais pertencem e o meio que utilizam para realizar a comunicação. Da mesma forma ocorre na mediação institucional, onde os indivíduos utilizam as mesmas linguagens técnicas e terminológicas como estratégias para o diálogo dentro dos respectivos espaços institucionais. Segundo Silva:

os publicitários são um exemplo do uso comunicacional das instituições pelos actores: eles adotam estratégias de comunicação no espaço público (afixação de cartazes, *spots* televisivos, etc.) com vista a desenvolver o espaço de difusão destas estratégias num sentido que lhes seja favorável. (SILVA, 2009, p.72)

Percebe-se assim que a mediação está inserida em diferentes áreas do conhecimento, ela se adapta de acordo com as especificidades de cada área, ou seja, é um conceito elástico, em que é agregado valor de acordo com as necessidades de cada área.

Ainda sobre as abordagens do conceito de mediação, é possível citar algumas áreas que utilizam o termo mediação e como ele é empregado, como o direito, a psicologia e a pedagogia.

No direito, o emprego da palavra mediação remete à conciliação, quando o mediador deve adotar um papel de neutralidade para ouvir as duas partes reclamantes e assim poder tomar um posicionamento para a resolução de uma determinada situação. Para Martins (2010), essa prática de resolução de conflitos tem emergido na atualidade como via alternativa ao procedimento estatal judicializado, sobretudo porque envolve a possibilidade de, por meio de um diálogo pacífico, buscar-se um consenso para o enfrentamento conflitual (LOUSADA, 2015, p. 87).

Na psicologia a mediação é utilizada para designar a chave da relação do homem com a sociedade e dos sujeitos entre si. Lousada (2015) destaca “os trabalhos fundamentados em Vygotsky que buscam compreender o desenvolvimento humano nas relações mediadas entre os sujeitos e a realidade” (LOUSADA, 2015, p. 87).

Na Pedagogia, a mediação pode ser percebida dentro da sala de aula, onde é resultado da “relação entre os estudantes, o conhecimento e o próprio professor, que exerceria um papel de mediador” (SILVA; NUNES; CAVALCANTE, 2018, p. 40).

Com isso, fica evidente a interdisciplinaridade do termo mediação, pois, como se percebe, é um termo que pode ser usado por várias disciplinas, que o adaptam conforme as suas necessidades.

Assim como o termo “mediação”, o termo “informação” também abrange várias áreas do conhecimento, e por possuir um caráter amplo no que se refere ao seu conceito, verificamos a necessidade de delimitar aqui o contexto em que será utilizado o termo informação. Nesse caso, trataremos sobre a informação orgânica registrada, que é o objeto de estudo da Arquivologia.

Segundo Gama e Ferneda (2010, p. 149), “a informação orgânica é produzida por entidades, ou seja, indivíduos e instituições no exercício de funções e atividades por meio do registro em documentos de arquivo”. Portanto, a finalidade da criação de um documento é a necessidade de suprir as demandas das instituições no que se refere às obrigações administrativas.

Essa informação permite que o indivíduo tenha conhecimento das atividades realizadas por uma instituição ou por um indivíduo, ou seja, ela possui a característica de evidenciar, explicitar, expor e representar eventos. Além disso, ela deve estar registrada em um suporte material e ser resultado do cumprimento da missão de uma organização, conforme explicam Carvalho e Longo:

[...] informação orgânica é um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidas no cumprimento das atividades e funções da organização. (CARVALHO; LONGO, 2002, p. 115)

Como se pode notar, a organicidade se evidencia no conjunto das informações que, contextualizadas, darão sentido à pesquisa, diferenciando assim o objeto de estudo da Arquivologia das demais áreas que têm a informação em seu escopo estrutural, conforme afirma Moreno:

[...] a diferença da informação arquivística em relação às informações de outra natureza é que ela é produto das atividades de determinado organismo, [...] esse tipo específico de informação recebe o nome e a qualificação de orgânica, por guardar entre si as mesmas relações que se formam entre as competências e atividades das organizações. (MORENO, 2007, p. 16)

Portanto, este trabalho abordará uma discussão acerca da mediação da informação orgânica, que resulta da organização e tratamento da mesma pelo profissional arquivista em todas as etapas da organização e tratamento documental em arquivos pessoais, visando à disponibilização dessa informação ao usuário.

### 3.1 MEDIAÇÃO CUSTODIAL X PÓS-CUSTODIAL DA INFORMAÇÃO

O termo mediação, na perspectiva da Ciência da Informação, foi utilizado pela primeira vez na década de 1980, voltado aos estudos de atendimento ao público em bibliotecas, de maneira que o bibliotecário era considerado mediador do acesso e uso da informação.

Porém esse mediador deveria ser passivo, neutro e imparcial, ou seja, as atividades eram voltadas à preservação e guarda da informação, caracterizando-se assim como uma mediação Custodial, patrimonialista e historicista, que, segundo

Lousada (2015, p. 97), “era fundamentada no poder e na manipulação”, ou seja, o profissional tinha um sentimento de pertença para com a informação, ficando a seu critério disponibilizá-la ou não.

[...] o predomínio no emprego tecnicista das práticas dentro da estrutura das instituições fez com que a ideia da preservação e da guarda da memória tivesse sempre uma prevalência muito grande sobre a ideia do acesso. Outra questão relevante é o poder atribuído a esses profissionais e o domínio sobre a informação que lhes permitia, discricionariamente, fornecer ou negar o acesso, facilitar ou dificultar a vida dos utilizadores, desvendar ou ocultar informação crítica, enfim, disponibilizar, em nome do direito à informação, ou guardar a sete chaves em nome da privacidade dos cidadãos ou dos interesses do Estado (LOUSADA, 2015, p. 96).

Percebe-se então um perfil de profissional neutro defendido por Hilary Jenkinson, onde o mediador servia apenas como ponte entre a informação e o usuário, fisicamente presente. Silva (2009, p. 78) diz que esse paradigma Custodial “desenvolveu-se, sobretudo, a partir de uma formação localizada e centrada no *locus* profissional (Arquivos, Bibliotecas e Museus), com suas tarefas e exigências práticas que se sobreponham a eventuais preocupações teóricas e reflexivas”.

Contrariando essa perspectiva de mediação Custodial, o paradigma Pós-Custodial acredita que essa visão de “ponte” é totalmente equivocada, pois o profissional não pode ser estático, imparcial, tampouco neutro.

Fundamentada na evolução dos meios de produção de informação e, conseqüentemente, nos serviços informacionais, essa nova forma de mediação já não se estabelece apenas ao nível tridimensional e presencial dos interagentes; assim, torna-se claro que a linearidade contida na mediação custodial passa a ser substituída pela complexidade e pela variedade nas formas de relações (LOUSADA, 2015, p. 97).

Essa nova forma de mediação está relacionada com o compartilhamento de informações que foi possível a partir do advento da internet, que criou espaços sociais de interações múltiplas e possibilitou que a troca de informação se tornasse mais estreita e ousada. Contudo, conforme Silva (2009), a transição de um paradigma para o outro não ocorreu por ruptura, foi gradual, teve suas tensões e ainda está em curso.

É importante frisar que muitas ações realizadas hoje em dia nas instituições arquivísticas ainda possuem reflexos da mediação Custodial, sendo que, conforme

Lousada (2015, p. 135), “isso ocorre porque vários sistemas e repositórios informacionais de arquivos e bibliotecas foram elaborados a partir de parâmetros anteriormente utilizados, em que os usuários eram fortemente influenciados em suas pesquisas e, podemos dizer, até mesmo manipulados”.

Essa realidade também pode ser percebida nos profissionais que, ainda influenciados por teorias conservadoras como as de Jenkinson, ainda não conseguem visualizar os aspectos mais contemporâneos da área. Lousada mostra que há atualmente duas escolas que influenciam os pesquisadores da área:

A primeira, denominada Arquivologia Tradicional ou Custodial, é formada essencialmente, por pesquisadores europeus. Desenvolveu-se, inicialmente, a partir da noção dos arquivos como fonte de pesquisa para a História. Este fato influenciou seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os arquivos históricos tornaram-se a face mais visível do objeto dessa mesma disciplina. A área perdeu esse status de disciplina auxiliar da História, no entanto, alguns pesquisadores considerados mais conservadores apresentam dificuldades em discutir aspectos mais contemporâneos da área. A segunda escola é considerada por alguns como moderna e identificada como “Arquivologia Pós-Moderna” ou “Arquivística Pós-Custodial”, oriunda, principalmente, do trabalho de pesquisadores canadenses e portugueses, que a aproximam dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas. (LOUSADA, 2015, p. 99-100)

Como se pode perceber, ainda há posições contrárias às novas formas de mediar a informação, e talvez isso ocorra pelo fato de não haver na maioria das

faculdades de Arquivologia, disciplinas voltadas para discussões sobre o assunto. Quando existem, acabam delimitando-se em associar a mediação à função arquivística de difusão, sendo que nessa função não se vislumbra a concepção de apropriação da informação, atendo-se somente à questão da transferência, o que acaba deixando passar despercebida a questão da mediação como um processo que está imbricado em todas as funções arquivísticas.

### 3.2 MEDIAÇÃO IMPLÍCITA E MEDIAÇÃO EXPLÍCITA DA INFORMAÇÃO

Como já dito no início deste capítulo, o termo mediação é adotado por várias áreas do conhecimento, contudo sua apropriação na Arquivologia se deu pelo empréstimo do conceito advindo da Biblioteconomia.

Oswaldo de Almeida Júnior é um dos autores mais citados nos trabalhos que tratam da temática, pois o conceito por ele adotado abarca a informação tanto no âmbito das bibliotecas quanto dos arquivos e centros de documentações. Conforme ele:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92)

Em uma abordagem mais atualizada do conceito, o autor complementa seu conceito anterior, afirmando que

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25)

Nessa reformulação do conceito, o autor evidencia que a mediação é concebida por meio de um processo e acrescenta que os equipamentos informacionais devem estar atrelados nesse processo para propiciar tanto ao profissional quanto ao usuário soluções para que a demanda informacional seja atendida.

Quando o autor fala em satisfação momentânea, quer deixar claro que a informação está sempre se resignificando, reformulando-se por meio da apropriação

de novos conhecimentos. Em outras palavras, a necessidade informacional atendida sempre gera conflitos conforme o indivíduo vai tendo contato com novos conhecimentos.

Necessário destacar também as concepções de transferência e apropriação utilizadas pelo autor. A primeira é utilizada como oposição à ideia de neutralidade, em que o profissional deve assumir seu papel de interventor ativo, que organiza, classifica, avalia a informação, contrapondo-se à figura do mediador passivo do período Custodial. Já a concepção de apropriação deve ser distanciada da ideia de “uso” da informação, uma vez que apropriação significa entendimento, ou seja, quando o indivíduo entende, interpreta, atribui um novo significado à informação, e não meramente só a utiliza.

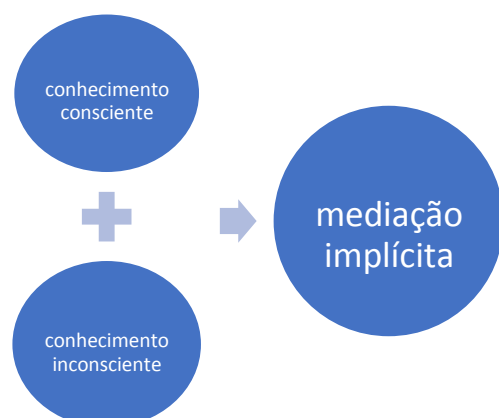
O autor defende que a mediação da informação se configura em dois momentos: a mediação implícita e a mediação explícita. Ambas são praticadas pelo profissional da informação, porém o que as distingue é o fato de uma ocorrer a partir dos procedimentos técnicos efetivados pelo arquivista, visando a satisfazer as necessidades do usuário, e a outra satisfaz a necessidade do usuário através da recuperação da informação, ou seja, uma não entra em contato com o usuário e a outra tem esse contato direto ou indireto.

Ainda segundo o autor, a mediação implícita “compreende todas as ações desenvolvidas antes do contato com o usuário, ou seja, mesmo sem a presença física do usuário, as ações são direcionadas para satisfazer as necessidades informacionais deste” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 93). As ações desenvolvidas neste momento são voltadas “pensando” no usuário sem, contudo, ter sua presença, ou seja, é uma ação realizada pelo profissional no presente, onde o resultado, a finalidade, só será observada, explorada, no futuro, quando o usuário se apropriar da informação.

Quanto às ações, elas podem aparecer muito bem definidas ou ocultadas no conhecimento do profissional, pois a mediação implícita “abarca as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente não passível de controle e que se imbrigue com os conhecimentos conscientes” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Entende-se assim, que o conhecimento consciente contém o conhecimento inconsciente e vice-e-versa, e ambos estão contidos na mediação implícita, como podemos visualizar na figura abaixo:

**Figura 2 – Conhecimento consciente X Conhecimento inconsciente**



**Fonte:** Desenvolvido pela autora (2018).

Dentre as ações realizadas na mediação implícita, agora já as relacionando com a Arquivologia, pode-se citar a avaliação, classificação, ordenação e armazenamento, que irão organizar a “proto-informação” para ser disponibilizada ao usuário e, assim, transformá-la em uma nova informação.

A proto-informação aqui utilizada significa, segundo Almeida Junior (2016), uma “quase informação”, uma “possível informação”, uma “talvez informação”, pois ela vai agregando significados e interferências em seu percurso, ou seja, é uma construção.

Nessa perspectiva, Ferreira e Almeida Júnior, defendem que a mediação da informação implícita

estabelece-se nas técnicas de organização e tratamento documental e apresenta-se como uma ferramenta que prepara a proto-informação, visando à sua transformação em uma informação no âmbito da relação profissional arquivista-usuário, de onde é possível constatar a progressão: documento (suporte) > apropriação da informação > produção/modificação/alteração de conhecimento. (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 162)

Já na mediação explícita, é indispensável a presença do usuário nos espaços informacionais, pois ela se caracteriza pelo contato do arquivista com o usuário, embora esse contato possa ser presencial ou virtual, como no caso dos repositórios de acervos arquivísticos, em que a informação “proto-informada” encontra-se organizada e disponível virtualmente para atender, ou não, a necessidade do usuário.

A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92-93).

Constata-se, ainda em Almeida Júnior (2009), que essa mediação pode ser dividida em dois tipos: mediação explícita-implícita e mediação explícita-explícita.

Às ações cujo mediador deixa transparecer um controle parcial das técnicas realizadas, mas ainda deixa transparecer algumas ações intuitivas, pode-se denominar de mediação explícita-implícita. Já aquelas sobre as quais o mediador possui total controle de suas ações, chama-se de mediação explícita-explícita.

Lousada explica bem a diferença entre esses tipos de mediação:

O primeiro compreenderia as ações desenvolvidas de maneira consciente, tendo como base os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. Toda ação se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com ações controláveis e não controláveis. (LOUSADA, 2015, p. 95)

Considera-se, portanto, que a mediação da informação é o resultado da relação do indivíduo com o mundo, buscando gerar novos conhecimentos através de informações “proto-informadas”, tratadas em cada processo da gestão documental, e sendo mediadas pelo profissional da informação, que deve ser ciente da sua condição de mediador ativo, que interfere, mas não manipula a informação, a fim de atender às necessidades informacionais dos usuários.

### 3.3 O PAPEL DO MEDIADOR EM ARQUIVOS PESSOAIS

Para iniciar esse tópico, é necessário lembrar que, para que de fato ocorra a mediação, precisa-se ter um terceiro elemento, seja ele um indivíduo ou um sistema, que irá compor a relação da tríade mediador, informação e usuário.

Neste trabalho, o terceiro elemento aqui se identifica como o profissional arquivista, que trabalha mediando a proto-informação através de métodos e técnicas implícitas e explícitas para que essas proto-informações se transformem em informações segundo a apropriação destas pelo usuário.

Ressalta-se a escassa literatura que trata de mediação da informação no âmbito arquivístico e a inexistência de trabalhos que fazem essa relação entre mediação e arquivos pessoais. Contudo, percebeu-se um grande potencial nessa relação, pois ambos são temas abordados pela Arquivologia Pós-Custodial e necessitam de mais discussões para se fortalecerem dentro da área.

O tratamento realizado pelo arquivista para que a informação possa ser acessada, neste caso já nos arquivos pessoais, passa por um processo: aquisição, arranjo, ordenação, descrição e difusão, e em cada fase desse processo a mediação está imbricada. Contudo, esse tratamento, implícito e explícito, deve ser feito com base nas habilidades e conhecimentos que o arquivista deve possuir para que a mediação seja eficaz.

Reconhece-se, assim, que o arquivista deve possuir experiência em selecionar e organizar a informação, além de possuir competências informacionais para auxiliar os usuários na busca da informação.

Para Miranda (2004, p. 120), “as competências informacionais conceituais poderiam estar ligadas à habilidade de mediação que o profissional que trabalha com a informação deve ter para realizar o encontro entre a informação e seu usuário”, ou seja, exige-se do profissional um perfil ativo, inovador, qualificado e interdisciplinar.

Com as transformações tecnológicas que possibilitam que a informação seja acessada a qualquer hora e lugar, e nos mais diversos ambientes informacionais, é cada vez mais necessário que o arquivista esteja incluído e a par dessas transformações, como, por exemplo, ao lidar com sistemas e repositórios digitais, entre outras tarefas que exijam conhecimento das tecnologias e suas atualizações que surgem constantemente.

É necessário uma reciclagem contínua, especializações e cursos para que eles, os arquivistas, se mantenham dentro dos parâmetros exigidos pela Arquivologia Pós-Custodial, principalmente os que trabalham com arquivos digitais e sistemas.

Brandão (2017), corroborando Borges (2013), mostra as competências essenciais que o arquivista deve possuir ao trabalhar em ambientes digitais:

- ✓ competência em informação: que envolve perceber uma necessidade de informação, acessar informações, avaliar a informação, inter-relacionar peças de informação e criar conteúdo;
- ✓ competência comunicacional: como estabelecer comunicação, criar laços sociais, construir conhecimento em colaboração e avaliar a comunicação;
- ✓ competência operacional: que envolve operar computadores e artefatos eletrônicos, navegar na internet, operar motores de busca de informação, mecanismos de comunicação e de produção de conteúdo.

O conjunto dessas competências, aliado às técnicas arquivísticas de tratamento documental, deve estar presente no novo perfil profissional do arquivista,

que lida diariamente com novas necessidades informacionais e demandas que estão intrinsecamente ligadas aos avanços tecnológicos.

Essas competências são classificadas como conhecimentos e habilidades profissionais e acadêmicos e envolvem, resumidamente, a capacidade de selecionar, organizar, representar e transmitir a informação, usar e avaliar fontes de informação, habilidade para manejar as tecnologias de informação, entre outros. (BRANDÃO, 2017, p. 37)

Ainda segundo essa autora, o arquivista deve possuir essas competências para que ele possa mediar a informação de forma eficaz, e isso se dará ao “considerar os conhecimentos prévios e as habilidades já dominadas pelos usuários, para que este processo seja dinâmico e favoreça a apropriação da informação” (BRANDÃO, 2017, p. 26).

Ao lidar com os usuários, deve-se levar em consideração os conhecimentos prévios que estes possuem, se sabem interagir com a informação, bem como ter acesso a ela. A competência em informação possibilita ao arquivista saber conduzir o usuário de maneira que o mesmo consiga se apropriar da informação recebida.

A competência em informação envolve o aprendizado ao longo da vida e o emprego de habilidades informacionais no dia-a-dia, o que está relacionado à noção de processos cognitivos (VARELA; BARBOSA, 2012). Com isso, Brandão (2018, p. 57), levando em consideração os pressupostos do paradigma Pós-Custodial, busca identificar se o arquivista analisa seu papel de mediador a partir dos seguintes indicadores:

- Desenvolve estratégias de aprendizagem (leitura, escrita, cursos, participação em eventos);
- Considera-se responsável por sua própria aprendizagem;
- Considera-se responsável pela formação de usuários no que diz respeito à busca e ao uso das informações, e conseqüentemente por sua aprendizagem;
- Leva os usuários a refletir, empregar e aperfeiçoar suas competências infocomunicacionais;
- Preocupa-se com o seu desenvolvimento profissional, buscando desenvolver novos conhecimentos e habilidades (educação continuada, leitura etc.).

A mediação nos arquivos pessoais não difere da realizada em arquivos públicos ou privados, porém, ao lidar com arquivos pessoais, deve-se levar em consideração algumas especificidades que influenciarão nas ações que o mediador irá adotar.

Como especificidades citamos os diversos suportes existentes nesse tipo de arquivo, que podem até mesmo ser confundidos como objetos de estudo da Museologia ou Biblioteconomia. No entanto, nos arquivos pessoais os documentos são unidos pela proveniência, já nas bibliotecas e museus os documentos são unidos pelo conteúdo ou pela função, formando os conjuntos de coleções, que, no caso dos arquivos pessoais, são denominados de fundos.

Assim, o profissional deve fazer primeiramente um reconhecimento dos documentos existentes no acervo e buscar, através de pesquisas, conhecer o contexto da vida do titular do acervo. Essa pesquisa sobre o titular não precisa necessariamente envolver um encontro pessoal (até porque isso nem sempre é possível), mas é importante compreender elementos como o contexto de acumulação dos documentos e a vida profissional e particular do titular, mesmo que seja necessário utilizar outras fontes de informação que não estejam no acervo.

Observa-se que, nessa etapa, o arquivista deve possuir habilidades cognitivas para saber buscar as informações necessárias com o intuito de compreender o contexto no qual está inserido o acervo pessoal.

Uma boa solução para esse caso é a história oral, contada a partir da memória individual e coletiva, quando possível. Assim, o arquivista deve assumir um papel de pesquisador para contextualizar o porquê da guarda de certos documentos e objetos para, só então, reconhecer o que é realmente documentação arquivística, museológica e bibliotecária.

Nessa peregrinação em busca de informações que contextualizem o acervo, o mediador realiza diversas ações, porém não necessariamente com foco no usuário. Este fica em segundo plano nessa etapa, pois o que se precisa de imediato é a organização da informação, configurando a mediação implícita.

Com as informações já devidamente organizadas, o arquivista deve buscar a melhor forma de divulgar essas documentações, pois esse é o objetivo do Arquivo, servir à administração e à sociedade tornando acessível a informação contida em qualquer que seja o suporte sob sua guarda, visando não só à transferência da informação, mas principalmente à apropriação desta pelo usuário.

Entende-se assim que o profissional irá, nessa etapa, utilizar sua capacidade de comunicação, pois irá lidar diretamente com o público quando a consulta no acervo for presencial, caracterizando assim a mediação explícita, quando as ações já são de fato voltadas para atender as necessidades informacionais dos usuários. Já quando o atendimento não for presencial, como no caso das bases de dados, o papel o do arquivista é fundamental para que a informação disponibilizada esteja completa e em uma linguagem de fácil entendimento, possibilitando que o usuário consiga compreender e ressignificar a proto-informação.

Por fim, reitera-se que o arquivista, como mediador ativo da informação, deve estar sempre buscando novos conhecimentos e especializações para que possa acompanhar os avanços tecnológicos e as formas com que os usuários consomem as informações, ou seja, deve tornar-se competente em informação.

#### 4 ARQUIVO PESSOAL DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

O Instituto Evandro Chagas é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde e é referência nacional e internacional em diagnóstico de doenças epidemiológicas tropicais.

Ele foi criado em 1936 sob a nomenclatura de Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN) e tinha como objetivo estudar a Leishmaniose Visceral, a Febre Amarela, a Malária, a Ancilostomose e outras demais endemias existentes no norte do Brasil.

A nomenclatura atual do Instituto é uma homenagem ao cientista Evandro Chagas, que não mediu esforços para implantação de um instituto na região norte que se dedicasse aos estudos das doenças tropicais existentes na região bem como outras doenças.

Sua morte precoce, em um acidente aéreo, ocasionou uma grande perda no meio científico e, como forma de prestar homenagem, o IPEN passou a se chamar Instituto Evandro Chagas.

Como uma instituição de grande porte, o Instituto produz uma grande quantidade de documentos para fins administrativos e jurídicos (atividades-meio) e de pesquisa (atividades-fim). Com a necessidade de organizar a grande massa documental acumulada existente em suas instalações, o Instituto promoveu em 2010 um concurso para preencher a vaga de arquivista na instituição, visando à implantação de um programa de gestão documental.

Esse programa foi dividido em duas categorias, baseadas nas idades documentais: arquivos correntes e intermediários (valor primário) e arquivos permanentes (valor secundário).

Nos arquivos permanentes estão incluídos os arquivos pessoais, que são acumulações de documentação orgânica referente à vida pessoal, acadêmica, familiar e profissional de um indivíduo. Nesse caso, os indivíduos são os profissionais que tiveram uma grande relevância nas atividades dentro do Instituto.

No concurso, já se previa a formação de um Centro de Formação e Memória inspirado nos modelos do Centro da Fundação Oswaldo Cruz, que possui mesma natureza do IEC: pesquisa na área da saúde.

Dentre as documentações recolhidas no arquivo pessoal, pode-se encontrar: fotografias, rascunhos, medalhas, certificados, cartas, agendas, recortes e entre

outros, mas tudo produzido ou acumulado dentro do contexto de vínculo com a instituição. Contudo, só há atualmente a custódia de três fundos documentais no arquivo pessoal do instituto: fundo do Dr. José Maria; fundo da Dr<sup>a</sup>. Gilberta Bensabath; e fundo do Dr. Ralph Lainson, que atuaram no instituto entre as décadas de 60 à 00, e estão arranjados segundo os grupos: Vida Pessoal, Atividades Profissionais, Formação e Aperfeiçoamento e Homenagens.

Algumas curiosidades sobre o fundo do Dr. José Maria são as cartas que ele escrevia para a esposa, sempre falando sobre amor e saudades do filho. Há também uma grande quantidade de bandeiras rotarianas, já que o autor era membro do Rotary Club, e essas bandeiras contextualizam uma parte das atividades realizadas pelo autor. Ele foi professor na UFPA, atuou no IEC na área da Malária, e ficou conhecido mundialmente como o pai da Mefroquímica, ganhando em 87/88 o Prêmio Carolinsco.

Já no fundo da Dr<sup>a</sup>. Gilberta, a maioria da documentação existente refere-se ao trabalho no instituto, porém não são documentos institucionais, pois são rascunhos, anotações cartas que ela escrevia, mas sempre falando sobre seus trabalhos, já que doou sua vida ao instituto, e até nos dias atuais, ao longo de seus 90 anos, mesmo já aposentada ainda faz visitas constantes ao instituto. Ela foi uma das primeiras mulheres formadas em Medicina no estado Pará, no IEC foi chefe do setor de Arbovírus, contudo atuou em todas as áreas do instituto, o que pode ser facilmente percebido em seu acervo.

O fundo do Dr. Ralph apesar de estar tratado, ainda não pode ser totalmente disponibilizado para acesso, com exceções das publicações, pois como ele já faleceu e sua nacionalidade é inglesa, há uma dificuldade no contato com a família do médico, pois só com a formalização da doação é que o acesso será liberado. Esse fundo também abriga documentos do Dr. Shaw e da Dr<sup>a</sup> Zéia, grande amigo e esposa, respectivamente, do Dr. Ralph, mas que também trabalharam com ele no instituto. Ele é conhecido por descobrir vários tipos de Leishmaniose e reformular a classificação taxonômica da Leishmaniose, e apesar de trabalhar no instituto, sua remuneração era paga por uma entidade inglesa, com isso encontra-se vários documentos dessa relação.

O recolhimento ou doação dessas documentações foram feitos seguindo requisitos legais, por meio da política de recolhimento adotada pelo arquivo. Essa política evita o recebimento de documentação não orgânica ou fora do contexto ao qual o arquivo está inserido, que, no caso, é o da saúde e pesquisa.

Por motivos de um quadro reduzido de pessoal no setor de arquivo, o Programa de Arquivos Pessoais teve que ficar em segundo plano, pois o Instituto necessitava com urgência do tratamento de sua massa documental acumulada. Assim, o foco teve que ser primeiramente a implantação da gestão documental, de maneira que, com algumas brechas no tempo durante esse período, o acervo pessoal foi sendo organizado, e o fato dele não estar no mesmo prédio do Arquivo Central na BR-316 torna o processo um pouco mais lento.

Esse arquivo pessoal encontra-se na unidade da Avenida Almirante Barroso e, por falta de condições adequadas de conservação, teve seu acondicionamento improvisado, mas nada que danifique o estado físico do documento, pois há uma preocupação quanto a isso.

**Imagem 1** – Arquivo Pessoal do IEC



**Fonte:** Visita ao arquivo (2018).

Com a construção de um prédio novo na unidade da BR-316, apropriado para receber a documentação do arquivo do IEC, o acervo pessoal se juntará ao restante da documentação intermediária e permanente do Arquivo Central e espera-se que, no período de fevereiro a março de 2019, o arquivo pessoal do IEC esteja totalmente disponibilizado na base de dados Memory, feita especificamente para atender as necessidades do instituto.

Diante disso, este capítulo é dedicado à descrição da entrevista realizada com o arquivista da instituição, que participou ativamente de todas as etapas de formação do Programa de Arquivo Pessoal do Instituto Evandro Chagas. Para que as informações seguissem uma sequência lógica, optou-se por aplicar um questionário

semiestruturado com perguntas abertas. O questionário foi entregue ao arquivista com antecedência para que este tivesse uma ideia prévia do assunto da entrevista, e, assim, organizasse o máximo de informações possíveis para repassar na entrevista.

O intuito dessa entrevista foi perceber a mediação em cada uma das ações realizadas pelo arquivista na aplicação das técnicas arquivísticas visando à disponibilização da documentação e das informações nelas contidas.

A partir da resposta à primeira pergunta, o diálogo foi fluindo em uma sequência cronológica que pode ser vislumbrada a seguir. Porém, primeiramente, faz-se necessário destacar as perguntas presentes no questionário:

1. Como surgiu a ideia do arquivo pessoal do IEC?
2. Como o acervo foi adquirido?
3. Que tipos de documentação se encontram no acervo?
4. Quais atividades técnicas foram utilizadas no tratamento da documentação?
5. Quais foram as principais dificuldades encontradas durante o processo?
6. Foi difícil distinguir a documentação institucional da pessoal?
7. Como se dá o acesso ao acervo?

Segundo o Arquivista Augusto Britto, o programa de arquivo pessoal do IEC surgiu a partir da ideia do antigo Centro de Formação e Memória que existia no Instituto, inspirado no Centro de Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (Fio Cruz), possuindo sob custódia, além da documentação da instituição, arquivo pessoal do Dr. Evandro Chagas, que, mesmo tendo uma grande relevância em pesquisas em nossa região, teve sua documentação doada à Fundação Fio Cruz, no Rio de Janeiro, de onde ele era natural.

Por meio dessa referência, da Fundação Fio Cruz, foi que surgiu a oportunidade da criação do Programa no IEC, até pela natureza semelhante entre as instituições, porém com a especificidade do IEC em saúde e doenças tropicais. Com isso, foi criado um convênio de assessoria entre ambas.

Para que o projeto pudesse realmente ser realizado, foi proposto, em 2010, um concurso público que previa a contratação de profissionais capacitados para a realização do projeto. Dentre os profissionais solicitados estavam: arquivistas, bibliotecários, museólogos e profissionais para trabalhar na revista e editora do Instituto. Assim, justificava-se a criação do Centro de Memória.

Somente com a chegada dos arquivistas foi que, de fato, ocorreu a implantação da gestão documental no Instituto. Em especial, com a chegada do atual arquivista, que se iniciou a implantação do Programa de Arquivos Pessoais.

O arquivista relata que foi necessário que ele buscasse aprofundar seus conhecimentos referentes a esse tipo de documentação, então ele foi enviado ao estado do Rio de Janeiro para realizar um curso de arquivo pessoal, ministrado por Maria Celina, do Museu de Astronomia (MAST).

Como primeira etapa, foi necessária a elaboração do Projeto Memória do Arquivo, no qual, em um de seus subitens, constava a criação do arquivo pessoal.

Por coincidência, nesse período apareceu uma profissional da Seção de Parasitologia do Centro de Documentação (CEDIM) do Instituto, Ana Vitória, que comentou sobre a documentação do Dr. José Maria de Souza, que se encontrava na antiga sala de trabalho dele. Esse médico ocupava o cargo de chefe do Programa de Malária, porém já havia se aposentado e não mais residia no estado.

Assim, não se sabia o que fazer com essa documentação, pois havia a necessidade de liberar a sala. Então o arquivo demonstrou interesse em recolher essa documentação, o que levou, de fato, ao início da realização do Programa de Arquivos Pessoais do IEC.

Como foram identificados outros documentos que não são arquivísticos, foi solicitada a presença de bibliotecários e museólogos para avaliar, em conjunto com o arquivista, o que havia dentro da sala. A documentação era tanto institucional quanto pessoal, de modo que, primeiramente, foi necessário identificar o que era material arquivístico, museológico e bibliotecário, para depois fazer o recolhimento.

O recolhimento consistia em uma identificação rápida dos conjuntos documentais, não o arranjo definitivo, para que, só então, pudesse ser elaborado um termo de doação específico para esse caso, o qual deveria conter as informações básicas da identificação das caixas para registro no documento de recolhimento, que acabou se tornando padrão para o recolhimento dos outros fundos (Dr. Gilberta e Dr. Lainson) e hoje já se encontra nos moldes da qualidade, que é o setor responsável pela padronização dos serviços no IEC.

A próxima etapa, que acabou se tornando padrão para os demais fundos, foi a contextualização da vida do titular do acervo, que é feita através do estudo da biografia, entrevista (se possível, com o titular do arquivo e com pessoas próximas que trabalharam com ele) e a própria leitura do acervo.

Por meio de leituras prévias que explicitam as atividades desenvolvidas no Instituto e dessa contextualização, conseguiu-se entender melhor as funções dos documentos. Depois, voltava-se a ler os documentos com mais atenção para, então, começar a fazer o arranjo em séries e subséries.

Ao terminar a divisão, foi feita a ordenação de cada conjunto que foi separado no ato do arranjo, e é a partir daí que começou a fase de descrição, que tem parâmetros da NOBRADE, no nível 5, peça por peça, e depois vai diminuindo até o nível fundo, de maneira que se faz, portanto, o contrário que a norma sugere, que seria do geral para o particular. Trabalha-se do específico para o geral, baseando-se em recomendações da Heredia Herrera, que afirma que, para saber do todo, deve-se saber primeiramente das partes. Escolheu-se o nível 5 para se ter uma melhor recuperação da informação, pois o usuário já vai direto aos documentos que ele deseja, diferentemente do que ocorreria se a descrição fosse feita primeiro no nível 4, por dossiê ou grupo, por exemplo, caso em que se teria uma visão geral, de modo que as séries que o usuário se interessasse teriam de ser verificadas documento a documento.

Depois da leitura e descrição de cada documento, passou-se para a fase da digitalização, que primeiramente era baseada nas recomendações do CONARQ, de ser em formato TIFF, 300 dpi, preservação de Matriz, porém o Instituto não tinha capacidade de armazenamento, de maneira que se teve que migrar tudo para JPG, até pela necessidade da base de disponibilizar a documentação em forma de índice. Então, usaram-se as recomendações do CONARQ, porém em níveis inferiores de configuração.

Não são alterados o estado físico dos documentos, ou seja, eles não são editados, somente é alterada a altura e a profundidade da imagem em si, por questões de requisitos de tamanho, que são solicitados na própria base de dados. Assim, usa-se o Adobe Photoshop para essas alterações. Por questões de segurança e uso indevido das imagens para fins não científicos ou de má fé, inserem-se metadados nas imagens através do programa Bridge.

Depois de digitalizado, o documento é migrado para a base de dados, sendo antigamente utilizado o ICA-AToM, mas que, diante de vários problemas encontrados, resolveu-se dispensar essa base, pois a mesma passou a dar problemas em uma de suas atualizações, da versão 1.0 para a 2.0. Houve também a questão da data, que, apesar de ser um problema simples, afetava todo o sistema de exibição das imagens,

de maneira que a equipe de T.I resolveu fazer um novo sistema parecido com o ICA-AToM, no entanto mais simples e que atendesse à necessidade do arquivo, estando sob o controle total da equipe para que, quando houvesse uma atualização, eles soubessem como resolver o problema. Além disso, a rede do Instituto comportaria melhor essa nova base de dados.

Então, no ano de 2018, foi disponibilizada a base Memory, para a qual toda a documentação que havia sido disponibilizada no ICA-AToM está sendo migrada, sendo que 80% da documentação já foi migrada. Estimasse que em 2019, entre fevereiro e março, a base já esteja pronta para ser liberada para acesso.

Contudo, antes da liberação, a base ainda precisa passar por um revisor, que não pode ser a mesma pessoa que descreveu os documentos ou que migrou as imagens, pois esses profissionais, já tendo passado tempo demais com a documentação, não conseguem encontrar erros, de maneira que esse revisor precisa ser uma pessoa que não teve contato com a documentação, ou seja, ele ainda vai estar com o “olho puro” em relação à documentação do fundo.

## 5 AÇÕES DESENVOLVIDAS E A RELAÇÃO COM A MEDIAÇÃO

Com base na entrevista, constatou-se que as ações realizadas para a formação de acervo pessoal ocorrem em uma sequência, um processo. Assim, pode-se afirmar, conforme Almeida Jr. (2009), que a mediação está imbricada em cada etapa dessa formação. Mesmo nas primeiras etapas, em que ocorrem as atividades mais tecnicistas, não tendo o usuário como objetivo *a priori*, essas ações são fundamentais para que haja êxito lá no final, com a difusão, quando, aí sim, objetiva-se diretamente atender às necessidades do usuário. Pode-se, no quadro abaixo, visualizar melhor a sequência em que as ações foram realizadas e em qual tipo de mediação se enquadra:

**Quadro 1** – Atividades realizadas em cada tipo de mediação.

Atividades realizadas	Tipo de mediação
1. Identificação	Mediação implícita
2. Recolhimento	
3. Estudo biográfico do autor	
4. Entrevista	
5. Leitura prévia do acervo	
6. Identificação das funções e atividades da vida do autor	
7. Leitura minuciosa de cada documento	
8. Arranjo	
9. Ordenação	
10. Descrição	
11. Digitalização	
12. Migração	
13. Revisão	
14. Liberação	Mediação explícita

**Fonte:** Desenvolvido pela autora (2018).

Partimos agora para analisar como se dá a mediação em cada uma dessas etapas.

1. Identificação: nessa primeira etapa são identificados os documentos que são passíveis de recolhimento para o arquivo pessoal, ou seja, são separados documentos de outras naturezas que não sejam orgânicos e que não pertencem ao contexto de acumulação do autor;
2. Recolhimento: o arquivista deve elaborar um termo de doação e esquematizar como a documentação será recolhida, bem como

identificar as caixas com algumas informações que identifiquem os conteúdos das mesmas;

3. Estudo biográfico do autor: o arquivista realiza pesquisas em outras fontes sobre a vida do autor;
4. Entrevista: quando possível, a entrevista com o titular do arquivo, porém também podem ser entrevistadas pessoas bem próximas ao titular, com o intuito de adquirir o máximo de informações possíveis sobre o mesmo. A entrevista deve ser agendada e as perguntas previamente elaboradas;
5. Leitura prévia do acervo: essa leitura completará as duas etapas anteriores, e começará a abrir a mente do arquivista para os possíveis esquemas de arranjo;
6. Identificação das funções e atividades do autor: após a leitura prévia, já é possível identificar as atividades e funções do autor. Ex.: vida pessoal, atividades profissionais, formação e aperfeiçoamento e homenagens.
7. Leitura minuciosa de cada documento: o arquivista se volta à leitura da documentação, peça por peça, buscando sua contextualização;
8. Arranjo: o arranjo é esquematizado de acordo com a hierarquia interna do fundo (grupo, subgrupo, série, subsérie). As funções encontradas devem estar de acordo com as atividades realizadas pelo titular do acervo no percurso de sua vida;
9. Ordenação: seleção e aplicação dos sistemas de ordenação adequados, ou seja, numérico, cronológico, alfabético e/ou geográfico, visando a facilitar a recuperação da documentação;
10. Descrição: descreve-se cada documento separadamente, com exceção dos dossiês e processos, em que é descrito o conjunto, seguindo as recomendações da NOBRADE e ISAD(G).
11. Digitalização: nesta etapa, os documentos devem ser preparados para digitalização, deve-se tomar o máximo de cuidado com os documentos deteriorados, nestes casos, o recomendável é a utilização de scaneadoras usadas na digitalização de livros, ou seja, página por página, mantendo assim a integridade física dos documentos. Depois de digitalizada a imagem, deve-se colocar as notificações, que são os códigos que são dados às imagens físicas e que devem continuar sendo

os mesmos na imagem digital. Incluem-se também os metadados nas imagens.

12. Migração: migra-se para a base de dados a imagem e sua respectiva descrição.
13. Revisão: é uma etapa que não é feita pelo arquivista, pois se deve ter outro olhar sobre o objeto, que não esteja cansado daquela documentação, sendo, portanto, mais crítico em relação a ela.
14. Liberação: enfim a disponibilização para o acesso, a difusão em si, que possibilitará ao usuário ter contato com a informação, mesmo que não seja presencialmente.

**Quadro 2** – Listagem de ações e sua respectiva descrição de mediação.

<b>Mediação Implícita da Informação</b>	
1. Identificação; 2. Recolhimento; 3. Estudo biográfico do autor; 4. Entrevista; 5. Leitura prévia do acervo; 6. Identificação das funções e atividades da vida do autor; 7. Leitura minuciosa de cada documento; 8. Arranjo; 9. Ordenação 10. Descrição 11. Digitalização 12. Migração 13. Revisão	<p>As ações desenvolvidas neste momento são realizadas tendo em mente o usuário sem, contudo, ter sua presença, ou seja, é uma ação realizada pelo profissional no presente, em que o resultado, a finalidade, só será observado e explorado no futuro, quando o usuário se apropriar da informação.</p>
<b>Mediação Explícita da Informação</b>	
14. Liberação	<p>Já na mediação explícita, é indispensável a presença do usuário nos espaços informacionais, pois ela se caracteriza pelo contato do arquivista com o usuário, embora esse contato possa ser presencial ou virtual, como no caso dos repositórios de acervos arquivísticos, em que a informação “proto-informada” encontra-se organizada e disponível virtualmente para atender , ou não, à necessidade do usuário</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2018).

Percebeu-se que as atividades realizadas no processo de mediação da informação em arquivos pessoais quase nada diferem do processo de gestão

documental de instituições públicas ou privadas, o que justifica o seu estudo pela Arquivologia.

Algumas funções como recolhimento, descrição e arranjo somente são possíveis em arquivos permanentes, e, como os arquivos pessoais ainda são tidos como ramificações destes, aplica-se também essas funções em arquivos pessoais.

Em comparação com os arquivos institucionais, pode-se dizer que os arquivos pessoais possuem documentos relativos às atividades realizadas por um sujeito no decorrer de sua vida, e nos arquivos institucionais são guardados os documentos produzidos por um órgão público ou privado no decorrer de sua existência.

Também podemos citar os diferentes tipos documentais existentes nos arquivos pessoais, onde são encontrados: cartas, fotografias, medalhas, certificados, agendas, anotações etc., ou seja, são documentos que não obedecem a um rigor quanto à forma, enquanto que os documentos de um arquivo institucional precisam seguir regras da Diplomática.

Assim, fica confirmada a presença da mediação em arquivos pessoais, de maneira que se pode perceber, em cada etapa do processo de organização do acervo, as ações realizadas por um terceiro elemento, no caso o arquivista, para que a informação seja disponibilizada ao usuário.

Reconhecemos também que as competências exigidas para uma mediação eficaz foram adotadas pelo profissional arquivista, que reconheceu seu papel ativo na instituição e buscou novos conhecimentos, além dos que ele adquiriu na graduação, para implementar o Programa de Arquivos Pessoais do IEC da melhor forma possível, fazendo jus ao renomado nome da instituição que possui reconhecimento internacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os arquivos pessoais são uma categoria dos arquivos privados segundo a lei 8.159/91, e que estes não possuem uma legislação específica, verificou-se que essa categoria de arquivos somente recentemente veio ganhando a atenção dos profissionais da área.

Os documentos tidos como institucionais sempre foram a prioridade nas pesquisas relacionadas aos arquivos, até porque os arquivos pessoais não eram considerados orgânicos pelos profissionais, pois acreditava-se que sua acumulação era intencional (ou seja, não neutra) e não natural, como nos arquivos institucionais.

Porém essa neutralidade há muito tempo foi descartada, pois, como bem aborda Cook (1998), não existe neutralidade na criação de um documento, sempre haverá uma intencionalidade por trás da criação do mesmo, seja para se fazer cumprir direitos e obrigações, seja para provar fatos, esses documentos sempre vão estar atrelados a algum propósito definido.

Na busca por aportes teóricos sobre arquivos pessoais, verificou-se a inexistência de estudos que analisasse a mediação da informação nesses arquivos. Compreende-se que este fato ocorre pela inexpressiva quantidade de estudos que abordem a mediação da informação na perspectiva arquivística.

O termo mediação possui um conceito elástico, ou seja, é emprestado a várias áreas do conhecimento, onde cada uma faz as adequações necessárias de acordo com suas especificidades.

Assim, a Ciência da Informação, por sua interdisciplinaridade com a Arquivologia, emprestou o conceito de mediação por ela adotado para a aplicação da mediação em arquivos, já que ambas têm a informação como seu objeto. Contudo, ressalta-se a mediação da informação orgânica registrada em arquivos pessoais como objetivo deste trabalho.

Com isso, o estudo de caso realizado no arquivo pessoal do Instituto Evandro Chagas teve como finalidade descrever a mediação da informação em cada etapa do processo de organização do acervo, desde a identificação à difusão dos mesmos, ressaltando que essa análise ocorreu a partir de entrevista realizada com o arquivista da instituição, que participou de todas as etapas dessa organização.

Como resultado, comprovou-se que, em cada etapa da gestão, a mediação está presente, sendo que em algumas ela aparece como mediação implícita e outras

como explícita. Porém o arquivista deve possuir competências para saber mediar a informação com eficácia, pois os avanços tecnológicos e as novas formas de acessar a informação requerem novos conhecimentos e habilidades desses profissionais, diferentemente do perfil de mediador neutro adotado na Arquivologia Custodial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em ciência da informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. SANTOS NETO, J. A. dos. Mediação da Informação e a Organização do Conhecimento: Interrelações. **Inf. Inf.** Londrina, v.19, n.2, p.98-116, maio. /ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Mediação da Informação: Um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p.9-32.

\_\_\_\_\_. Informação e Conhecimento. E os dados? In: PRADO, Jorge do (Org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. 116p. p.15-19. Disponível em: <https://ofaj.com.br/espacoofajs-conteudo.php?cod=16> acesso em: 06 de Outubro de 2018.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.21, jan/jun. 1998. Disponível em:<http://www.cpdoc.fgv.br>. acesso em: 13 nov. 2018.

ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala: O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia**. São João Del Rei, 2009. 264p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João Del Rei,2009.

BRANDÃO, Gleise da Silva. **Competências infocomunicacionais e o Arquivista: mediação para a apropriação da Informação**. Salvador, 2017. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

BRITTO, A. C. L, CORRADI, A. Considerações Teóricas e Conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.11, n.3, p.148-169, dez. 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul./dez.2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.

CARVALHO, E. L. de; LONGO, R.M.J. informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Informação & Informação**. Londrina, v. 7, n.2, p.113-133, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.uel.br//revistas/informacao/viewarticle.php?id=125>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento Arquivístico comum da formação da memória em um mundo Pós-Moderno. **Revista Estudos Históricos**. v.1, n.21, 1998.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v.1, n.1, jul./dez. 2012.p.123-148 disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FERNANDES, T. M; CÓRDULA, A. C. C; SILVA JÚNIOR, J. E. Informação e memória: na trilha do arquivo pessoal. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p.5766, 2018

FERREIRA, L.E.; ALMEIDA JÚNIOR. O. F. A mediação da informação no âmbito da Arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**.v.18, n.1, p.158-167, jan./mar. 2013. Acesso em: 06 ago.2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAMA, Fernando Alves; FERNEDA, Edberto. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação & Informação**., Londrina, v.15, n.2, p.148-169, jul./dez. 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de pesquisa**. 1º Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad023.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2018.

LOUSADA. M. **A Mediação da Informação na teoria Arquivística**. Marília: UNESP, 2015. 135f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

MIRANDA, Silvânia. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004.

MORENO, N. A. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.9-19, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100->. Acesso em: 02 nov. 2009.

SILVA, A. M. da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**, n.9, p.1-37, 2010. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/700/pdf>>. Acesso em 07 out.2018.

SILVA, Fernando Santos da; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. O conceito de mediação na ciência da informação brasileira: uma análise a

partir da BRAPCI. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**. 12:2 (2018) p.33-42. INSS 1981-1640.

SILVA, Carla; SILVA, Rosani. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum**. Santa Maria. n. 37, p. 31-41, 2013.

TOGNOLI, N.B; BARROS, T.H.B. As Implicações teóricas dos Arquivos Pessoais: Elementos Conceituais. **Ponto de Acesso**. Salvador, v.5, n.1, p.66-84, abr 2011. Disponível em: <<https://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>>. acesso em: 31 ago.2018.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. esp.1, p.142-168, 2012.

VECHIATO, F.L. **Encontrabilidade da informação**: contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação, 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Paulista, Marília, 2013.